

POLÍTICA

Amc X D

Papel dos militares: o PMDB admite mudar.

Se o relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral, admitiu ontem que o sistema parlamentarista misto de governo será mantido no segundo substitutivo, que ele apresentará até o dia 7 de setembro, a mesma garantia não se tem com relação a outro tema polêmico. À noite, líderes influentes do PMDB admitiram mudanças na redação do art. 192 do substitutivo ao projeto de Constituição, definindo o papel das Forças Armadas. Pela alteração em exame, elas teriam a missão de defesa da Pátria, da garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa expressa destes, "da lei e da ordem".

Invocando "uma questão de coerência", Bernardo Cabral disse que como resultado das emendas que serão apresentadas até amanhã à meia-noite, pretende manter o parlamentarismo misto. Disse que está consciente de que bastam apenas 47 votos para que a sua proposta seja derrubada na Comissão de Sistematização e que, se isso ocorrer, a inclusão desse sistema de governo na futura Constituição vai ficar mais difícil, porque no plenário da Assembleia serão necessários 280 votos para recolocar o parlamentarismo no texto.

O relator da Comissão de Sistematização informou também que os dois grupos de constituintes que trabalham paralelamente a ele estão examinando três propostas, sempre do ponto de vista parlamentarista: a do substitutivo, a proposta pelo senador José Fogaça (PMDB-RS), que é uma espécie de presidencialismo mitigado, e uma outra proposta, mais parlamentarista, do professor Miguel Reale Júnior, assessor do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães.

O trabalho desses grupos — liderados pelo senador José Richa (PMDB-PR) e o outro pelo deputado Euclides Scalco (PR) e Antônio Brito (RS), ambos do PMDB —, segundo Bernardo Cabral, visa buscar o consenso dentro da Constituinte sobre um dos temas mais polêmicos do seu primeiro substitutivo, que vem sofrendo críticas de todos os lados. Embora pessoalmente parlamentarista, Cabral está disposto a abrir mão de suas convicções se a decisão da maioria for pelo presidencialismo. Mas advertiu: "Mesmo os presidencialistas não querem o sistema como está hoje em dia: querem menos poderes para o presidente da República e um Congresso Nacional bem mais forte", disse.

Forças Armadas
O art. 192 do substitutivo estabelece que as Forças Armadas "destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa expressa destes, da ordem constitucional". Haveria modificação para deixar expressamente definido o papel das Forças Armadas na defesa da lei e da ordem, mas sempre por iniciativa dos poderes constitucionais. Essa exigência da "iniciativa expressa" encontra resistências dos ministros militares.

Ontem, no Rio, o ministro da Marinha, almirante Henrique Sabóia, somando-se às críticas de seus colegas do Exército e Aeronáutica, disse que o principal problema criado pelo novo anteprojeto da Constituição é o relativo às atribuições das Forças Armadas: "As atribuições constitucionais já representam uma tradição e devem ser mantidas na próxima Constituição brasileira".

O ministro da Marinha acrescentou que o diálogo com Bernardo Cabral não será interrompido, assim como os contatos que vêm sendo feitos com os constituintes.

Para alguns oficiais que analisaram o substitutivo, a alteração do papel das Forças Armadas não deve ter sido iniciativa do deputado Bernardo Cabral, mas sim do próprio Afonso Arinos, que desde a Comissão de Estudos Constitucionais, que presidiu, defendeu esta mudança.

Para um dos líderes do PMDB, entretanto, "os ministros militares terão que compreender que a Constituição não pode deixar de exigir que um dos poderes constitucionais tome a iniciativa de solicitar às Forças Armadas a garantia da lei e da ordem".



Bresser não convence Ulysses

O ministro da Fazenda, Bresser Pereira, não conseguiu convencer os constituintes a reduzir as transferências de recursos da União para os Estados, em três horas de conversa, no início da noite de ontem, na casa do ministro. Ao contrário, foi advertido de que o PMDB "difícilmente" terá condições políticas para aprovar o texto da proposta tributária do substitutivo de Bernardo Cabral, em razão da pressão que os Estados e Municípios deverão exercer no plenário da Constituinte.

Cerca de vinte parlamentares do PMDB, PFL e PDS participaram do encontro, "à frente do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães e o presidente da Comissão de Sistematização Afonso Arinos. Eles ficaram pé na redistribuição de tributos prevista no substitutivo de Cabral, argumentando que trata-se de um processo de fortalecimento dos Estados e da Federação, indispensáveis depois da centralização promovida pelo regime militar.

"Muita coisa vai mudar", disse Bresser depois da reunião. O ministro disse aos constituintes que concorda com a descentralização, mas que ela não pode ser excessiva, sob pena de inviabilizar a União. Já o deputado Fernando Bezerra Coelho, relator da subcomissão que preparou o primeiro esboço do capítulo tributário, acha que o essencial não muda: o aumento substancial da parcela da arrecadação do IR e do IPI destinada aos Fundos de Participação dos Estados e Municípios.

Essa divisão foi o primeiro alvo de Bresser na reunião. Entre os fundos, a vinculação de 2% para o Norte e Nordeste, e uma parcela de 10% para os Estados que exportam manufaturados, a proposta da Constituinte destina 56% da arrecadação do IR e do IPI aos Estados e Municípios, contra apenas 33% hoje. Mas os parlamentares fecharam questão, e o ministro da Fazenda sugeriu então que essa divisão seja pelo menos diferente: que os Estados fiquem com a maior parte do IPI, e deixem o IR com o governo federal.

A sugestão ficou de ser estudada, assim como a transferência de maior número de encargos para os Estados e Municípios, em contrapartida à transferência de recursos. Mas nada disso chagaria a alterar substancialmente o "empobrecimento" da União, que Bresser calcula em 26% e os constituintes em apenas 20%, distribuídos gradualmente em cinco anos. O que não chega a consolar Bresser: o ministro garante que mesmo com uma perda inicial de apenas 6%, no ano que vem, o orçamento da União não fecha.



Sarney decide negociar

Sarney já não está intransigente quanto ao presidencialismo. E passou a admitir uma forma de governo com alguns princípios do parlamentarismo. "É só negociar."

Alguns dias depois de ter sustentado que o presidencialismo tem maioria na Constituinte, o presidente Sarney reuniu ontem as lideranças do Congresso e definiu uma nova estratégia para manter o regime presidencialista. Sarney quer evitar, a qualquer custo, a disputa dos dois sistemas de governo no plenário da Constituinte, segundo o relato, depois da reunião, o consultor-geral da República, Saulo Ramos: "A palavra de ordem do presidente é negociação".

"Não se pode fazer uma boa Constituição sem negociação e bom senso", admitiu Sarney aos líderes presentes (Luiz Henrique, Carlos Sant'Anna, José Lourenço, Prisco Viana, além dos ministros Costa Couto, do Gabinete Civil, e general Souza Mendes, do SNI). Em caso de disputa pelo voto, Sarney disse acreditar que a parte vencedora deixará "cicatrices dolorosas" na parte vencida. "A Constituição não é um embate político, mas a organização do País, advertiu ele — curiosamente às vésperas do encerramento do prazo para a apresentação de emendas ao substitutivo do relator Bernardo Cabral.

A proposta de Sarney, segundo interpretação de Saulo Ramos, absorve princípios do parlamentarismo. Ele fala em veto aos ministros civis que, na verdade, é uma adaptação do presidencialismo existente nos Estados Unidos, onde as nomeações são submetidas ao Congresso. No Brasil, a ideia é que o Congresso, uma vez escolhido e nomeado o ministro pelo presidente, exerça poder de censura, se houver falhas em sua administração. O presidente poderia não acatar a censura uma única vez, mas o Congresso ficaria com a prerrogativa de destituir o ministro numa segunda etapa, em votação no plenário.

"Frustração"
Mesmo defendendo o parlamentarismo como o sistema ideal, o governador do Paraná, Aivaldo Dias, acredita que tal experiência no Brasil, neste momento, poderia ser frustrante. "Nosso país apresenta um quadro político muito complicado e, se preten-

de adotar o parlamentarismo, precisa antes organizar e estruturar seus partidos e instituições", ponderou ele, ontem. Apesar disso, Dias continua insistindo na ideia do plebiscito para que a própria população decida se deseja ou não tal sistema de governo.

Dias está preocupado com o tratamento que a questão vem recebendo na Constituinte. "O sistema de governo é fundamental para o País, mas não está sendo discutido com profundidade", lamentou. "Esse assunto deveria ter sido predominante desde a campanha eleitoral do ano passado." Por isso, Dias faz um alerta: "A adoção do parlamentarismo, se precipitada, pode provocar um fracasso semelhante ao da experiência do início da década de 60".

É difícil, contudo, encontrar um consenso entre os constituintes. Para o deputado José Santana (PFL-MG), por exemplo, o parlamentarismo já está funcionando — "e com maus resultados para o País e para o meu partido". Santana diz que Ulysses Guimarães desempenha o papel de primeiro-ministro. "Todos os ministros do PMDB, quando saem de uma reunião com o presidente Sarney, vão diretamente prestar contas a Ulysses", denunciou. "Se continuar desse jeito, o PFL romperá com o governo Sarney. Do jeito que está funcionando mal esse sistema, vou votar pelo presidencialismo."

Poder Total
Como líder do PFL na Câmara, José Lourenço também investiu ontem contra os peemedebistas que defendem o parlamentarismo. "De uns tempos para cá, estão surgindo novos parlamentaristas que afirmam que tal sistema já resolve imediatamente todos os problemas do País. Trata-se de uma mentira deslavada do desacreditado PMDB", acusou Lourenço. "Não satisfeitos com o Plano Cruzado, através do qual destruíram a economia do País, agora, com o parlamentarismo que eles dizem querer com a eleição direta de presidente, pretendem destruir as instituições democráticas." Com essa ideia, Lourenço entende que o

PMDB quer apenas um objetivo: "Apoderar-se rapidamente da totalidade do poder".

Pelo PDT, o líder na Câmara, Brandão Monteiro, apesar de fazer oposição sistemática ao governo federal, fez questão de dizer ontem que seu partido vai lutar pela manutenção do sistema presidencialista, com o restabelecimento das prerrogativas do Congresso e a concessão de meios para que os parlamentares possam exercer sua função legislativa.

Monteiro, contudo, prefere não discutir o alerta do ministro do Exército, convencido de que o general Leônidas Gonçalves está servindo como instrumento para os projetos pessoais do presidente Sarney. "Na minha concepção, o presidente está fazendo uma encenação, no sentido de criar ambiente contrário à Constituinte", disse Monteiro.

O parlamentarismo, na opinião do procurador-geral da República Sepúlveda Pertence, é uma "receita para a crise". "O País poderá se tornar ingovernável", disse, argumentando com as "imprecisões e impropriedades" contidas no projeto do relator Bernardo Cabral. Pertence alega que a nova Constituição precisa de um tempo para ser implantada, antes da mudança de governo.

Mas a questão mais polêmica, segundo ele, é que se o parlamentarismo for adotado ninguém mais fará campanha para presidente sem comprometer as atividades do primeiro-ministro: "O que vai acontecer é que o candidato fará um compromisso com o povo e não poderá cumpri-lo. E isso vai gerar uma crise, instalada no dia seguinte à escolha do primeiro-ministro".

O governador baiano, Waldir Pires, também está preocupado com uma eventual adoção do parlamentarismo, mesmo sendo favorável ao sistema. Ele preferiria que fosse adotado depois que Sarney deixar o cargo. "Desse modo, o regime teria condições de ser duradouro e não seria necessário fazer concessões de convivência com o atual governo".

Para Cabral, o governo está agindo com más intenções.



Cabral: defendendo-se das acusações.

O governo está procurando usar o deputado Bernardo Cabral como "bode expiatório" do agravamento da crise sócio-econômica e pelo fracasso das medidas oficiais para reduzir o déficit público. Há uma "trama" para desmoralizar o seu trabalho na Comissão de Sistematização, na tentativa de desviar a atenção da opinião pública do grave quadro nacional.

A opinião é do próprio deputado amazonense, em conversas com alguns parlamentares.

Ontem, no plenário da Câmara, o relator voltou a ficar irritado e "amargurado" com o noticiário dos jornais do último fim de semana. Ocupando a tribuna, Cabral reagiu com veemência ao editorial de domingo do *Jornal do Brasil* pedindo "um freio legal" para definir responsabilidades "daqueles que não podem integrar os quadros funcionais de um jornal sério".

O jornal carioca falou de ato de "traição" do relator, que não cumpriu acordo com o ministro do Exército, citando como fonte o senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP). Cabral, além de contestar, mais uma vez, qualquer acordo com ministros militares em torno da anistia aos cassados, disse que o senador paulista desmentira, publicamente, de que teria sido o autor da inconfidência do desabafo do general Leônidas Pires Gonçalves.

Amigos e parlamentares ligados ao relator Bernardo Cabral, em conversas informais, têm apontado o senador Fernando Henrique como um dos principais responsáveis pelas críticas ao relator da Sistematização — como relator, como político e até de sua personalidade.

"Independência"
Bernardo Cabral, que foi aplaudido e cumprimentado por quase todos os cerca de 20 deputados que se encontravam em plenário na abertura da sessão ordinária, referiu-se ao editorial intitulado "Rumo ao im-

quem quer que seja que prove ter eu cometido o mais simples ato de ruptura de acordo sobre anistia.

A reunião com as facções de esquerda — como tantas outras realizadas com as de direita — ocorreu dentro do natural e recíproco respeito e teve, única e tão-somente, como consequência, a alteração da redação anterior sobre o papel das Forças Armadas para a adaptação daquela de autoria do projeto da Comissão Afonso Arinos.

Alteração que me pareceu mais apropriada e da qual assumo total e inteira responsabilidade.

Desagravo
Bernardo Cabral recebeu a solidariedade e muitos elogios pelo seu trabalho do líder do PMDB na Câmara, Luiz Henrique, do vice-líder peemedebista Ibsen Pinheiro, de Jesus Tajara, em nome do PFL, e do líder do PDC, Siqueira Campos.

relator. É grave, muito grave, e comparece a essa campanha até mesmo o consultor-geral da República. Causa espanto que esse cidadão se permita achincalhar a Constituinte."

Já o líder do PDT, Brandão Monteiro, afirmou que "a crise brasileira sempre se dá no nível do militarismo muito mais pelas cassandras que percorrem os quartéis, buscando criar intranquilidade". Depois, acusou o líder Fernando Henrique de ter dito — "inverdades" a respeito da reunião mantida com o relator. "Sua exa. — acrescentou — deveria repetir na Constituinte o que nos disse quando da conversa sobre a anistia: que não se podia tocar nesse assunto porque em reunião com os militares eles teriam ameaçado fechar a Assembleia." E acusou o presidente Sarney de "usar o ministro do Exército para intimidar esta Casa" e assim impedir a mudança do sistema de governo.

O deputado José Genoíno (PT-SP) afirmou que no fundo de tudo está a questão do papel das Forças Armadas.

No Senado, o relator Cabral ouviu ontem um desagravo, a partir de um pronunciamento de Fernando Henrique, em apoio ao seu trabalho de redação do substitutivo. Observou o líder do PMDB que, "de forma alguma, a Constituinte pode ser sujeita a pressões".

Endossando as palavras de Cardoso, o líder do PDT, Maurício Corrêa considerou impropriedade a saraivada de críticas contra o relator, concluindo: "Nós não vamos fazer uma carta para agradar ao presidente da República ou quem quer que seja".

Na sua intervenção, o líder do PFL, Carlos Chiarelli, assegurou que o ministro do Exército, "em momento algum, fez qualquer restrição ao trabalho de Cabral, limitando-se apenas a apresentar as consequências financeiras que decorreriam da aprovação da anistia prevista no substitutivo".

Sem consenso, muitas questões vão a plenário.

Depois de mais um dia de discussões entre os grupos interpartidários da Constituinte que buscam o consenso para a apresentação de emendas ao substitutivo do relator Bernardo Cabral, prosseguem muitas divergências — particularmente em questões como reforma agrária, reforma tributária, anistia, judiciário e educação. A expectativa dos grupos liderados pelo senador José Richa e pelo deputado Euclides Scalco é de que as negociações sejam concluídas ainda hoje. No caso da reforma agrária e da anistia, contudo, a quase totalidade dos parlamentares só vê possibilidade de uma decisão em plenário.

O problema é que o prazo de seis dias para a apresentação de emendas termina amanhã à meia-noite: é a última oportunidade que os 559 constituintes têm para alterar o conteúdo do parecer. Depois disso, Cabral terá igual prazo de seis dias para elaborar seu segundo e definitivo substitutivo, que irá ao plenário da Comissão de Sistematização e, daí, para o plenário da assembleia.

No capítulo da reforma tributária, o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, disse ontem que as medidas expressas no substitutivo de Cabral poderão ser adotadas de forma gradual, para não onerar os cofres públicos. "Não se pode criar despesas sem ter a segurança de que se pode gastar", reconheceu Ulysses, antes de entrar numa reunião com o ministro da Fazenda, Bresser Pereira, para avaliar até que ponto as propostas tributárias do substitutivo estão em condições de ser praticadas.

O próprio presidente Sarney, em reunião ontem com as lideranças políticas, alertou para o risco que o texto de Cabral, no que se refere à reforma tributária, oferece à viabilidade econômica do País. Depois de lembrar que o texto sugere a transferência de grande parte dos tributos da União para os Estados e municípios, Sarney argumentou: "Se aprovado como está, a União irá à falência".

Os parlamentaristas e os presidencialistas também estão reunidos na esperança de concluir seus estudos — cada um defendendo suas posições. Os presidencialistas se reuniram na casa de Ulysses Guimarães, defendendo o fortalecimento do Legislativo. Os parlamentaristas tiveram várias reuniões ontem — e, em todas concluíram que o melhor seria Sarney aceitar esse sistema que garantiria a ele cinco anos de mandato. "Se o presidente fechar questão pelo presidencialismo, poderá correr o risco de não resistir à escalada pelas diretas em novembro de 1988", previu um dos mais tradicionais parlamentaristas.

Se for instituído o parlamentarismo, o deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) propõe eleições diretas para todos os cargos, desde presidente até vereadores, num prazo de 120 dias depois da promulgação da nova Carta — e os eleitos assumirão seus mandatos 45 dias depois de eleitos. "Não é moralmente correto que aqueles que alteraram as regras do jogo sejam os próprios beneficiados da alteração", justificou.

O grupo do líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, também teve ontem um pesado dia de reuniões para examinar os temas do parecer de Cabral. E a principal modificação aprovada foi a seguinte: os brasileiros que controlam as decisões e o capital votante de suas empresas não precisarão ter domicílio no País para que elas sejam consideradas nacionais.

Covas ficou satisfeito com os dispositivos que tratam da reforma agrária, mas observou que o problema da imissão de posse deverá mesmo ser resolvido na votação. Hoje, Covas participará de debate em plenário, juntamente com o deputado Luís Inácio Lula da Silva (PT-SP), em defesa da emenda das eleições diretas em 1988.

Entre a participação de Covas e Lula, haverá uma nova defesa de uma das 122 emendas populares — e caberá a Fernando Bolzoni, um jovem estudante gaúcho de Direito. Bolzoni reuniu 46 mil assinaturas para propor a volta do sistema monárquico de governo, como aliás já propusera o deputado Cunha Bueno (PDS-SP). Esse estudante, agora, vai tentar provar que a monarquia não é coisa do passado, mas um sistema moderno de governo.